



Fundo África 50 - Sob liderança do BAD foi lançado o "Fundo África 50", que visa a integração regional de vários países africanos a médio e a longo prazo, mobilizando financiamentos destinados à construção de infraestruturas. O objetivo do Fundo é o de traçar uma estratégia de longo prazo para o desenvolvimento de África, a qual tenha em conta as suas necessidades e a existência de riquezas por explorar. [Pág. 2](#)

Angola Duplica PIB - De acordo com um estudo do Instituto do Fomento Empresarial de Angola (IFE) intitulado "Empreender, Diversificar e Competir", prevê-se que Angola venha a duplicar, até 2024, o seu Produto Interno Bruto (PIB), que é atualmente de 90 mil milhões de euros. A confirmarem-se as estimativas do Governo de Luanda relativamente à taxa de crescimento económico do país, a rondar os 7% ao ano, em 2024 o PIB será de 181 mil milhões de euros, mais do dobro do rendimento atual. [Pág. 2](#)

Eleições Presidenciais no Zimbabwe - A 31 de julho, cinco candidatos disputaram as eleições presidenciais no Zimbabwe. Para além do Presidente Robert Mugabe, e do Primeiro-Ministro, Morgan Tsvangirai também se apresentaram a votos Welshman Ncube, líder do MDC-N, Dumiso Dabengwa, líder do Zimbabwe African People's Union e Kisinot Mukwazhe, apoiado pelo pouco conhecido Partido do Desenvolvimento do Zimbabwe. [Pág. 3/4](#)

Novo Presidente do Mali - Os malianos elegeram Ibrahim Boubacar Keita como seu novo Presidente. A segunda volta disputou-se entre Keita e Soumailia Cissé. [Pág. 5](#)

Aliança para uma Revolução Verde em África (AGRA) - Realizou-se em setembro passado, em Maputo, o III Fórum Africano da Revolução Verde, evento organizado pela Aliança para uma Revolução Verde em África (AGRA). O momento mais alto deste Fórum foi a apresentação do Relatório sobre o Estado da Agricultura em África. [Pág. 5/6](#)

Maurícias com a Economia mais Competitiva - De acordo com dados do Relatório de Competitividade Global para 2013-2014 o ranking das economias mais competitivas em África é ocupado atualmente pelas Ilhas Maurícias, que passaram à frente da África do Sul, país que tradicionalmente ocupava este lugar. [Pág. 6/7](#)

Adiamento das Eleições na Guiné Bissau - Guiné Bissau tem vivido momentos de instabilidade política desde que um golpe de estado, ocorrido a 12 de abril de 2012, derrubou o governo do Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior. Ao contrário do que se pensava inicialmente, e apesar do isolamento internacional, as novas autoridades guineenses conseguiram manter-se no poder. O apoio que as novas autoridades foram recebendo de alguns países africanos, nomeadamente da Nigéria, permitiu-lhes manterem-se no poder com o estado a funcionar. [Pág. 7](#)

TPI Julga Presidente e Vice-Presidente do TPI - Na sequência da violência registada no Vale do Rift durante as eleições presidenciais de 2007, o agora Vice-Presidente do Quênia, William Ruto compareceu a 10 de setembro perante o Tribunal Pena Internacional (TPI). Ruto é acusado de crimes contra a humanidade, sendo que é o primeiro líder em exercício a ser julgado pelo TPI. Em novembro será a vez do atual Presidente queniano, Uhuru Kenyata comparecer perante o TPI. [Pág. 8](#)

Cooperação China - África - O governo chinês publicou, em agosto passado, um documento intitulado Cooperação Económica e Comercial entre a China e África. Este documento analisa as relações económicas e comerciais sino-africanas nos últimos cinco anos e traça cenários para os próximos cinco. [Pág. 8/9](#)

A Descoberta de Água No Quênia - O problema da desertificação e da falta de água é um desafio crescente em África, sendo que a parte mais atingida é a zona oriental do continente. Em relação a África, projeta-se que, até 2020, entre 75 e 250 milhões de pessoas estejam expostas à escassez de água, devido às mudanças climáticas. Importa referir que muitos países africanos, cuja agricultura depende do estado do clima, verão a sua produtividade agrícola reduzida em 50%. [Pág. 10](#)

Cooperação ONU-UA - Durante a época áurea das descolonizações em África, foi criada em 1963 a Organização de Unidade Africana (OUA) que, para além de apoiar os movimentos de libertação em África, pretendia ser uma instituição destinada a resolver os problemas africanos. Porém, o ambiente de Guerra-Fria, que transportou para África as tensões entre as duas superpotências, a OUA foi mostrando a sua fragilidade e incapacidade de resolver os problemas africanos. [Pág. 10/11](#)

Ataque do Al-Shabab no Quênia - A capital do Quênia, Nairobi, foi palco de um brutal ataque da milícia Al-Shabab no fim-de-semana de 21 e 22 de setembro. Um grupo de 15 membros desta milícia atacaram o centro comercial Westgate na capital queniana matando 68 pessoas e ferindo 175. As forças de segurança abateram cinco membros do grupo do Al-Shabab prendendo onze. Centenas de frequentadores do centro comercial conseguiram fugir do local, mas alguns ficaram presos do lado de dentro. No dia do ataque, o centro comercial realizava um evento especial para crianças. [Pág. 11/12](#)

Fundo África 50

Sob liderança do BAD (Banco Africano de Desenvolvimento) foi lançado o "Fundo África 50", o qual visa a integração regional de vários países africanos a médio e a longo prazo, mobilizando financiamentos destinados à construção de infraestruturas. O objetivo do Fundo é o de traçar uma estratégia de longo prazo para o desenvolvimento de África, a qual tenha em conta as suas necessidades e a existência de riquezas por explorar.

A aposta do Fundo vai para o financiamento de mega projetos ligados à energia e aos transportes que se deverão prolongar ao longo dos próximos 50 anos. Estes financiamentos vão privilegiar os projetos que estejam inseridos no chamado Programa para o Desenvolvimento de Infraestruturas em África (PIDA).

O PIDA surgiu da coordenação da Comissão da União Africana em parceria com a Comissão Económica das Nações Unidas para África, o Banco Africano de Desenvolvimento e a Agência de Coordenação e Planeamento NEPAD. Esta iniciativa continental, baseada nos projetos e programas regionais, vai ajudar a resolver o deficit de infraestruturas, que dificulta gravemente a competitividade de África no mercado mundial.

O PIDA visa promover um enquadramento comum para as partes interessadas africanas construírem as infraestruturas necessárias para redes de transporte, energia, TIC e de águas transfronteiriças mais integradas para impulsionar o comércio, fomentar o crescimento e criar emprego. Implementá-lo vai transformar a forma de se fazer negócio, vai ajudar a realizar uma África melhor interligada e a construção de uma Comunidade Económica Africana, realçada no Tratado de Abuja de 1991.

O Fundo terá um capital inicial de 2,28 mil milhões de euros, mas é expectável que daqui a 10 anos os fundos próprios possam atingir cerca de 76 mil milhões de euros.

O financiamento virá dos bancos centrais africanos, da diáspora, de fundos soberanos, de fundos de pensões e de fundos relacionados com grandes fortunas existentes no Continente Africano.

Angola Duplica PIB

De acordo com um estudo do Instituto do Fomento Empresarial de Angola (IFE) intitulado "Empreender, Diversificar e Competir", prevê-se que Angola venha a duplicar, até 2024, o seu Produto Interno Bruto (PIB), que é atualmente de 90 mil milhões de euros. A confirmarem-se as estimativas do Governo de Luanda relativamente à taxa de crescimento económico do país, a rondar os 7% ao ano, em 2024 o PIB será de 181 mil milhões de euros, mais do dobro do rendimento atual.

Dadas as características do mercado angolano, e para se alcançar aquela meta do PIB, o IFE atribui ao Estado um papel central na estratégia de crescimento, devendo assumir o papel de coordenador da atividade económica.

De acordo com o referido estudo, nos últimos dez anos, Angola conquistou resultados económicos muito acentuados. Após o fim da guerra civil, em 2002, Angola precisou de apenas dez anos para triplicar o seu rendimento per capita. No final do século XX, a Coreia do Sul, a China e a Índia, países que tiveram um rápido crescimento, necessitaram de, respetivamente, de 10, 12 e 16 anos, para conseguirem duplicar o seu rendimento *per capita*.

Segundo o IFE, o estudo realizado agrega informações e dados sobre a competitividade empresarial angolana e de incentivo ao crescimento económico, que se destinam a empresários, investidores e gestores de informação e conhecimento.

O estudo "Empreender, Diversificar e Competir" é o primeiro de diversos estudos com dados sobre a economia angolana, incluindo a caracterização do país e ambiente de negócios, o estágio de desenvolvimento de diversos setores de atividade, caminhos para o aumento da competitividade do tecido empresarial e uma antecipação do desenvolvimento nos próximos cinco anos.

O documento destaca que Angola integra atualmente uma reduzida lista de 20 países africanos classificados, pelo Banco Mundial, como tendo rendimento médio, a par da África do Sul e da Nigéria.

O IFE é tutelado pelo Ministério da Economia e destina-se às empresas e grupos empresariais de Angola, com volume de negócios a partir de 7,5 milhões de euros e com mais de 200 trabalhadores, para as apoiar a crescer e introduzir ideias inovadoras de fomento empresarial.

Eleições Presidenciais no Zimbábwe

■ Luís Castelo Branco

A 31 de julho, cinco candidatos disputaram as eleições presidenciais no Zimbábwe. Para além do Presidente Robert Mugabe, no poder há 33 anos, o Primeiro-Ministro, Morgan Tsvangirai, também se apresentou como candidato. Esta foi já a terceira que vez que os dois se enfrentam em eleições. Mugabe e Tsvangirai defrontaram ainda Welshman Ncube, líder do Mouvement for a Democratic Change, ala de Ncube (MDC-N), Dumiso Dabengwa, líder do Zimbabwe African People's Union (ZAPU), que foi um dos movimentos históricos do país mas sem qualquer expressão hoje em dia, e Kisinot Mukwazhe, apoiado pelo pouco conhecido Partido do Desenvolvimento do Zimbábwe.

As atenções estavam postas nos dois grandes rivais, praticamente obrigados pela União Africana a conviver num governo de unidade nacional, criado após as conturbadas eleições de 2008. Nessas eleições, Mugabe só teria garantido a sua vitória através da intimidação e da violência, sendo acusado de manipulação eleitoral pelo MDC-T, o partido de Tsvangirai.

O processo eleitoral, embora tenha decorrido de forma pacífica, não esteve isento de problemas. Pouco antes das eleições, o governo do Zimbábwe bloqueou a divulgação de uma auditoria independente que revelava que havia mais de um milhão de cidadãos mortos ou fora do país nas listas eleitorais, o que a ser verdade, dava razão às queixas da oposição. Também os dois dias de votação antecipada, destinados aos militares, polícias e agentes de segurança do Estado, foram marcados pelo caos, com atrasos e falta de material. A falta de controlo desta votação especial também foi criticada pela oposição.

Desde 2000 que a figura de Robert Mugabe mudou muito, passando de um respeitado lutador pela independência do Zimbábwe e líder na oposição regional ao apartheid a um líder autoritário e repressivo.

Durante os anos 80, o Zimbábwe de Robert Mugabe era visto como o país mais desenvolvido da África Austral, excluindo a África do Sul. Perante as crises alimentares que a região sofreu, o Zimbábwe serviu de celeiro para diversos países, como Moçambique. O país também foi um importante apoio à FRELIMO durante a guerra civil moçambicana.

Aos 89 anos, Mugabe quer continuar a todo o custo no poder. Por isso, garantiu recentemente que as condições estabelecidas pela nova Constituição, aprovada por maioria esmagadora num referendo em março, e que impõe um limite de dois mandatos ao Presidente, não se aplicavam de forma retroativa. Ou seja, em teoria, Mugabe poderá estender os seus 33 anos no poder por mais uma década.

Morgan Tsvangirai queria ver implementadas reformas político-partidárias ainda antes da data das eleições. Estas mudanças, acordadas no documento base do governo de unidade nacional, eram, de resto, condição para um novo escrutínio presidencial.

Morgan Tsvangirai defendia o adiamento da votação e a aplicação de reformas capazes de garantir a transparência e caráter democrático do escrutínio. Também a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, (SADC) queria ver as reformas implementadas. Em resposta, o Presidente do Zimbábwe ameaçou retirar o país da organização, acabando por marcar a data das eleições unilateralmente.

Robert Mugabe foi declarado vencedor das eleições presidenciais do Zimbábwe com 61% dos votos, contra 34% do seu principal adversário, Morgan Tsvangirai, uma margem suficiente para evitar uma segunda volta. Estes resultados foram, desde logo, contestados pela oposição que acusou o partido de Mugabe, a ZANU-PF e o aparelho do estado de inúmeras irregularidades.

As reações internacionais dividiram-se entre aqueles, como a UE, EUA e Reino Unido, que acusaram o processo de estar marcado por irregularidades e aqueles como a maioria dos países da África Austral, com exceção do Botswana, que as consideraram livres e justas. Curiosa foi a reação da SADC e da União Africana, que pese embora tenham considerado as eleições como tendo sido livres e pacíficas, manifestaram a sua preocupação com o elevado número de eleitores rejeitados e eleitores que votaram com ajuda.

Pouco antes do anúncio oficial dos resultados finais, Tsvangirai tinha comunicado que iria contestar os resultados das eleições legislativas e presidenciais em tribunal, por considerá-las fraudulentas. Estas queixas não impediram que o novo Parlamento zimbabwiano iniciasse os seus trabalhos.

Resultados das Eleições Presidenciais			
Candidato	Partido	Votos	%
Robert Mugabe	ZANU-PF	2,110,434	61.09
Morgan Tsvangirai	MDC-T	1,172,349	33.94
Welshman Ncube	MDC-N	92,637	2.68
Dumiso Dabengwa	ZAPU	25,416	0.74
Kisinoti Mukwazhe	ZDP	9,931	0.29
Inválidos		69,280	

Fonte: Zimbabwe Broadcasting Corporation - Agosto 2013

Resultados das Eleições Legislativas		
Partido	Lugares	+/-
ZANU-PF	158	+59
MDC-T	51	-49
Alliance Khumbula Ekhaya	0	Novo
Freedom Front	0	Novo
FreeZim Congress	0	Novo
MDC-N	0	-10
Mavambo/Kusile/Dawn	0	Novo
People's Democratic Union	0	Novo
Progressive and Innovative Movement of Zimbabwe	0	Novo
United Movement for Democracy	0	Novo
Voice of the People	0	Novo
ZANU-Ndonga	0	Novo
ZAPU	0	Novo
Zimbabwe Development Party	0	Novo
Zimbabwe People's Movement	0	Novo
Independents	1	0
Total	210	

Fonte: Zimbabwe Broadcasting Corporation - Agosto 2013

O MDC-T contestou os resultados devido a alegadas irregularidades que terão atingido os seus eleitores. Segundo o MDC-T cerca de um milhão de eleitores foi impedido de fazê-lo, especialmente em zonas afetadas à oposição como são Harare e Masvingo. Fontes independentes, como a ONG *Zimbabwe Election Support Network* referiu que esse valor não terá passado dos 300 mil eleitores.

Mas, se a derrota do MDC-T se poderá ter ficado a dever, em parte, a manobras fraudulentas, a verdade é que também há motivos internos que explicam esta derrota e uma clara diminuição do número de deputados eleitos pelo MDC-T.

Os problemas internos do MDC, que levaram à cisão entre o MDC de Tsvangirai (MDC-T) e o MDC de Welshman Ncube (MDC-N), não favoreceram a imagem do partido junto do eleitorado. Por outro lado, o facto de ter aceitado participar num governo de unidade nacional com a ZANU-PF também não terá ajudado a credibilizar a sua imagem. Finalmente a campanha eleitoral do MDC-T não terá sido bem conduzida, menosprezando importantes atores internos, como os sindicatos, e privilegiando os contactos no exterior em desfavor do contado junto da população zimbabweana.

Na abertura dos trabalhos do novo Parlamento o discurso do Presidente Mugabe surpreendeu pela positiva. Ao contrário do que era seu hábito, o discurso foi bastante construtivo e virado para o futuro em vez das tradicionais críticas ao Ocidente, nomeadamente ao Reino Unido, e à oposição interna. Desta vez, Mugabe defendeu a necessidade de o país se unir no objetivo da recuperação económica, a qual deve assentar na revitalização dos sectores chaves da economia nacional, ou seja, o turismo, a agricultura e a mineração.



Novo Presidente do Mali

Os malianos elegeram, no passado dia 11 de agosto, Ibrahim Boubacar Keita como seu novo Presidente. Na segunda volta das eleições presidenciais, concorreram Keita e Soumailia Cissé, os dois candidatos mais votados na primeira volta das eleições presidenciais que se realizaram no dia 28 de julho. O resultado foi reconhecido por Cissé que felicitou o seu opositor.

Nesta segunda volta, Keita era tido como o favorito, depois de vencer na primeira volta com 39% dos votos. O seu adversário, Soumailia Cissé, convenceu apenas 19% dos eleitores na primeira volta das presidenciais.

Apesar das eleições terem decorrido de forma pacífica, e mais bem organizadas do que na primeira volta, voltaram a registar-se algumas limitações logísticas. Uma das grandes deficiências foi o facto dos refugiados malianos quase não terem podido votar. Segundo as Nações Unidas, devido ao conflito no norte do Mali, cerca de 200 mil pessoas tiveram de procurar refúgio nos vizinhos Burkina Faso, Níger, Mauritânia e Argélia. Esta é uma percentagem elevada num universo de 6.5 milhões de eleitores.

Estas eleições no Mali foram consideradas decisivas. Foram o primeiro escrutínio depois do golpe de Estado de 22 de março de 2012 e de meses de ocupação do Norte por combatentes tuaregues e islamitas.

A ameaça de ataques durante as eleições não passou disso mesmo. Milhares de soldados africanos e franceses garantiram a segurança durante os escrutínios.

O próximo Presidente do Mali terá pela frente bastantes desafios. No ano passado, a economia contraiu 1,2%. As infraestruturas no Norte foram destruídas pela guerra o que teve graves consequências económicas. Por outro lado, o novo Presidente deverá manter o diálogo com os grupos tuaregues, com vista a conservar a paz, sem pôr em causa a integridade territorial do Mali.

Aliança para uma Revolução Verde em África (AGRA)

Realizou-se em setembro passado, em Maputo, o III Fórum Africano da Revolução Verde, evento organizado pela Aliança para uma Revolução Verde em África (AGRA). O momento mais alto deste Fórum foi a apresentação do Relatório sobre o Estado da Agricultura em África¹.

O relatório pretendeu analisar a situação da agricultura em África tendo em atenção a questão da posse da terra, a produtividade do trabalho agrícola e o potencial existente na agricultura. O estudo incidiu em 16 países africanos (Moçambique, Burkina Faso, Etiópia, Gana, Libéria, Malawi, Mali, Níger, Nigéria, Quênia, Ruanda, Serra Leoa, Sudão, Tanzânia, Uganda e Zâmbia). No caso de Moçambique, a AGRA já investiu cerca de 20 milhões de USD em diversas áreas ligadas com o desenvolvimento da agricultura no país.

O ponto de partida da análise deste relatório foi o compromisso assumido, em 2003, pelos países avaliados, de investirem pelo menos 10% dos orçamentos nacionais em agricultura e promover um crescimento anual na ordem dos 6% no sector agrícola. Porém, o relatório conclui que nenhum dos 16 países conseguiu atingir as metas propostas.

Criada em 2006 com a visão de que África pode ser auto-suficiente em termos agrícolas e alimentar o mundo, a AGRA funciona em 16 países do Continente, com projectos nas áreas de formação, extensão agrária e saúde de solos, acesso ao mercado, e desenvolvimento de políticas. A criação da AGRA surgiu de uma parceria entre a Fundação Rockefeller e a Fundação Bill e Melinda Gates, contudo, hoje, a organização também recebe fundos de diversas outras parcerias, incluindo governos, agências e instituições internacionais.

A AGRA trabalha com vista a promover a segurança alimentar através de um crescimento agrícola rápido e sustentável baseado nos pequenos agricultores. Estes pequenos agricultores são, na sua maioria mulheres, os quais produzem grande parte dos alimentos em África. Este trabalho é desenvolvido com o mínimo de recursos e sem ajuda dos governos. Perante esta realidade, a AGRA pretende apoiar estes pequenos agricultores melhorando as suas condições de produção, armazenamento, distribuição e venda.

¹ The Africa Agriculture Status Report: Focus on Staple.
<http://www.agra.org/news-events/news/africa-agriculture-status-report-launched/>



Com esta visão, os objetivos concretos da AGRÁ são os seguintes:

- Reduzir em metade a insegurança alimentar em, pelo menos, 20 países africanos;
- Duplicar rendimentos de 20 milhões de famílias de agricultores de pequena escala;
- Colocar, pelo menos, 15 países no caminho de alcançar e sustentar a revolução verde.

Com estes objetivos em mente, a AGRÁ intervém especialmente nas seguintes áreas:

- Fornece sementes de qualidade aos agricultores africanos;
- Aposta na melhoria dos solos agrícolas;
- Melhorar o acesso aos mercados por parte dos agricultores africanos;
- Criar parcerias para mudar as políticas;
- Melhorar as capacidades das organizações de agricultores.

Apesar do crescimento económico que se tem registado no continente africano na última década, há ainda uma parte considerável da população africana que ainda enfrenta escassez alimentar. Estimativas indicam que cerca de 388 milhões de africanos vivem na extrema pobreza e que 239 milhões sofrem de desnutrição crónica.

Embora o sector agrícola absorva 65% da força de trabalho africana, a verdade é que só representa 32% do PIB continental, o que demonstra a fraca produtividade do sector. Este fraco desempenho fica a dever-se às poucas e deficientes infraestruturas do sector e à dificuldade em aceder ao crédito. Acresce ainda que esta realidade implica um aumento na importação de alimentos, isto apesar do continente ter um enorme potencial agrícola por explorar.

Maurícias com a Economia mais Competitiva

De acordo com dados do Relatório de Competitividade Global para 2013-2014² o ranking das economias mais competitivas em África é ocupado atualmente pelas Ilhas Maurícias, que passaram à frente da África do Sul, país que tradicionalmente ocupava este lugar.

Até agora a África do Sul liderava destacada, mas passou a ser a segunda economia mais competitiva do continente, situando-se no 53º lugar, seguida do Ruanda no 66º lugar, e do Botswana no 74º lugar. Mais atrás vêm as economias magrebina com Marrocos no 77º lugar, a Tunísia no 83º lugar e a Argélia na 100ª posição.

O relatório salienta a boa saúde económica da generalidade das economias subsarianas do continente africano. Registaram um crescimento médio de 5% em 2012, o qual se deverá manter nos próximos dois anos, algo que foi possível devido ao crescimento dos investimentos, a par da existência de um mercado de matérias-primas que lhes foi favorável e de uma melhoria geral do quadro macroeconómico.

Apesar deste cenário otimista, o relatório apresenta igualmente alguns desequilíbrios nas economias africanas. Um dos problemas, e que justifica a queda da África do Sul, tem a ver com o facto das economias africanas muito ligadas às economias mais desenvolvidas ainda não terem voltado às taxas de crescimento existentes antes da crise mundial de 2008. O relatório aponta as enormes diferenças existentes entre as várias economias africanas, onde convivem as Maurícias que está à frente de Itália, do Brasil, da Índia e da Rússia, enquanto o Chade está no 148º lugar, praticamente entre os últimos.

O sucesso das Maurícias, que subiu nove lugares no ranking da competitividade, deve-se ao fortalecimento e transparência das suas instituições e a significativa melhoria das suas infraestruturas, nomeadamente portos e estradas.

Em relação aos PALOP, o relatório faz referência a dois países. Moçambique ocupa o 137º lugar. É realçado o esforço nacional com vista a preparar o país para lidar com o potencial que advém das descobertas de recursos naturais, nomeadamente de gás natural. No entanto o sector público é apontado como sendo pouco eficaz e com excesso de burocracia.

² World Economic Forum: The Global Competitiveness Report 2013 – 2014
<http://www.weforum.org/reports/global-competitiveness-report-2013-2014>



Angola reentrou neste relatório ocupando o 142º lugar. As receitas petrolíferas, aliadas a uma dívida pública pequena contribuem para um ambiente macroeconómico estável.

Adiamento das Eleições na Guiné Bissau

A Guiné Bissau tem vivido momentos de instabilidade política desde que um golpe de estado, ocorrido a 12 de abril de 2012, derrubou o governo do Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior. Ao contrário do que se pensava inicialmente, e apesar do isolamento internacional, as novas autoridades guineenses conseguiram manter-se no poder. O apoio que as novas autoridades foram recebendo de alguns países africanos, nomeadamente da Nigéria, permitiu-lhes manterem-se no poder com o estado a funcionar.

A pressão internacional fez com que os militares, os verdadeiros senhores do poder na Guiné Bissau, aceitassem a formação de um governo inclusivo, que passou a contar com membros do principal partido guineense, o PAIGC, o qual era, até então, um claro opositor do poder instalado.

Fruto igualmente da pressão internacional, as autoridades de Bissau aceitaram convocar eleições gerais para 24 de novembro próximo, as quais deveriam ser entendidas como um passo importante para a normalização das relações com os parceiros internacionais.

Apesar de algumas reticências relativamente à capacidade das autoridades levarem a cabo um processo eleitoral independente, o processo foi posto em marcha. À partida havia duas questões importantes para resolver, o financiamento das eleições e a necessidade de se proceder a um novo recenseamento eleitoral. Alguns parceiros internacionais, nomeadamente a UE e o PNUD manifestaram a sua disponibilidade para apoiar financeiramente o processo.

O grande obstáculo passou a ser o recenseamento, com as autoridades guineenses a insistirem num recenseamento biométrico, mais caro e mais moroso. Os recenseamentos manuais seriam mais

baratos e menos demorados. O argumento das autoridades de Bissau era que o recenseamento biométrico é mais fiável e evitaria queixar dos participantes e facilitaria a aceitação do resultado. Os principais parceiros da Guiné defenderam a possibilidade de se avançar com um recenseamento manual melhorado, o que significava que cada cartão de eleitor passava a ter a fotografia do seu detentor.

Este debate fez com que o processo de recenseamento eleitoral não se iniciasse, o que implicou a necessidade de se adiar o ato eleitoral para fevereiro de 2014. Para os críticos das autoridades de Bissau, esta questão do recenseamento foi apenas utilizada para atrasar o processo e manter o atual equilíbrio de poderes.





TPI Julga Presidente e Vice-Presidente do Quênia

Na sequência da violência registada no Vale do Rift durante as eleições presidenciais de 2007, o agora Vice-Presidente do Quênia, William Ruto compareceu a 10 de setembro perante o Tribunal Pena Internacional (TPI). Ruto é acusado de crimes contra a humanidade, sendo que é o primeiro líder em exercício a ser julgado pelo TPI. Em novembro será a vez do atual Presidente queniano, Uhuru Kenyatta comparecer perante o TPI.

Ambos os políticos estão acusados de terem sido os autores morais da morte de mais de mil pessoas e responsáveis pela destruição das casas de 650 mil quenianos que residiram na zona do Vale do Rift.

Para além do mediatismo que este caso tem no Quênia, as consequências do mesmo podem atingir todo o continente africano. O TPI é acusado, por vários países africanos e pela própria União Africana, de apenas se preocupar em julgar africanos.

Esta acusação deriva do facto de as outras seis acusações abertas pelo TPI dizerem respeito a africanos: Uganda, República Democrática do Congo, República Central Africana, Darfur (Sudão), Líbia, Costa de Marfim e Mali.

Durante as eleições de 2007, Ruto e Kenyatta eram rivais políticos. Ruto pertence à etnia kalenjins e era apoiado pelo Movimento Democrático Laranja. Kenyatta pertence aos kikuyus e é membro da União Nacional Africana do Quênia. Há seis anos, acusaram-se mutuamente de promover assassinatos étnicos. O TPI pretende agora julgar os dois, apesar de se terem unido, e criado a coligação Jubilee, para vencer as eleições presidenciais no Quênia em março passado. A criação da coligação Jubilee permitiu a Kenyatta derrotar o, até então, Primeiro-Ministro Raila Odinga.

Com vista a promover a estabilidade e a paz no país, o governo queniano tinha decidido não investigar a onda de violência que assolou o país em 2007. Face a esta situação, a decisão do TPI em prosseguir as investigações e avançar para o julgamento foi mal recebida pelas autoridades de Nairobi.

Perante esta atitude do Tribunal, o Quênia anunciou a sua decisão de abandonar o TPI, embora sem efeitos retroativos de modo a permitir que se concretizem os julgamentos de Ruto e de Kenyatta. O Quênia defende que o país tem que fazer o mesmo que os EUA, os quais não assinaram o Estatuto de Roma que deu lugar ao TPI, argumentando

que os soldados e cidadãos norte-americanos são julgados em território nacional.

Para além do Quênia, o TPI também enfrenta dificuldades em julgar o líder sudanês, Omar Al-Bashir, acusado de genocídio na região sudanesa do Darfur, onde terão morrido cerca de 450 mil pessoas. Por outro lado, e apesar das acusações feitas pelo TPI, a Líbia recusa-se a entregar o filho do antigo líder Muammar Khadafi, Saïd-el-Islam, afirmando que o mesmo será julgado no país.

Cooperação China-África

O governo chinês publicou, em agosto passado, um documento intitulado Cooperação Económica e Comercial entre a China e África³. Este documento analisa as relações económicas e comerciais sino-africanas nos últimos cinco anos e traça cenários para os próximos cinco.

Para além de valorizar este novo tipo de cooperação, reconhecendo as vantagens da relação Sul-Sul, o documento traça um cenário positivo para os próximos anos. Na análise aos últimos cinco anos, 2009 foi considerado um ano histórico uma vez que foi o momento em que a China assumiu o lugar de maior parceiro comercial de África.

Em 2012, o volume total das trocas atingiram os 198 mil milhões de USD, representando um crescimento anual de 19%. O investimento direto chinês em África duplicou em cinco anos, tendo atingido, em 2012, o valor de 2,5 mil milhões de USD.

Atualmente, estão presentes em 50 países africanos mais de 2 mil empresas chinesas, as quais abrangem setores muito diversificados, desde a construção, agricultura aos serviços financeiros.

³ **White Paper on China-Africa Economic and Trade Cooperation.** Information Office of the State Council, The People's Republic of China, August 2013 Beijing



O documento refere a disponibilidade da China aprofundar as relações com os países africanos, numa base bilateral, não marginalizando porém a esfera multilateral. Nesse sentido, a China aposta num reforço das suas relações com as organizações regionais africanas e com a União Africana.

Apostando numa relação vantajosa para ambas as partes, a China reforça a sua intenção de não apresentar condições políticas ao apoio que dá aos países africanos. Embora oficialmente seja assim, há, no entanto, um condicionalismo político que tem a ver com os países africanos que mantêm o reconhecimento de Taiwan como o único representante do povo chinês. Esses países, que atualmente são só o Burkina Faso, a Suazilândia, a Gâmbia e São Tomé e Príncipe, não mantêm relações diplomáticas com a China continental.

O documento aborda em detalhe a ligação entre um desenvolvimento sustentável e o comércio. China aposta num reforço das trocas comerciais como modo de contribuir para um crescimento, mas sustentável, desenvolvimento africano.

A agricultura é abordada em detalhe no documento, uma vez que é vista como essencial para combater a pobreza em África. A China considera que a agricultura é uma das áreas onde a relação de cooperação com África poderá crescer ainda mais nos próximos cinco anos. Esta constatação deriva do enorme potencial agrícola africano, na maioria ainda por explorar, e do crescimento das necessidades de alimentos a nível mundial.

Nos últimos anos, as relações comerciais agrícolas entre a China e África têm crescido bastante. Entre 2009 e 2012, as exportações agrícolas chinesas para África cresceram dos 1.5 mil milhões de USD para 2.49 mil milhões de USD, o que representa um crescimento de 57,6%. No mesmo período, as exportações agrícolas africanas para a China passaram de 1.16 mil milhões de USD para 2.86 mil milhões de USD, o que representou um aumento de 146%.

A principal razão para este rápido crescimento nas importações chinesas de produtos agrícolas africanos tem a ver com a criação da tarifa zero que a China adotou em 2005 para alguns produtos agrícolas africanos. Esta decisão do governo chinês foi bem recebida pelos estados africanos e teve consequências positivas de imediato.

Outra área que se destaca no documento tem a ver com a construção de infraestruturas que facilitam o investimento e melhoraram as condições de vida das populações. Paralelamente, este investimento permite reduzir a pobreza e criar empregos. A aposta do governo chinês tem sido na construção de infraestruturas rodoviárias, comunicações e projetos relacionados com a produção e distribuição elétrica. Em 2012, empresas chinesas completam a contratos nesta área que ascenderam a 40.9 mil milhões de USD, o que representou um crescimento de 45% face a 2009.

Uma outra área onde a cooperação da China com África se tem destacado é a saúde. Entre 2010 e 2012, a China apoiou a construção de 27 hospitais em vários países africanos e enviou 43 missões médicas que foram responsáveis pelo tratamento de 5.57 milhões de pacientes.

A área da formação de quadros também tem vindo a crescer na cooperação sino-africana. Entre 2010 e 2012 a China concedeu 18.743 bolsas de estudo. Paralelamente, foi intensificado um programa de intercâmbio e cooperação entre universidades chinesas e africanas, o qual permitiu o intercâmbio entre mais de 600 professores chineses e africanos.





A Descoberta de Água no Quênia

O problema da desertificação e da falta de água é um desafio crescente em África, sendo que a parte mais atingida é a zona oriental do continente. Em relação a África, projeta-se que, até 2020, entre 75 e 250 milhões de pessoas estejam expostas à escassez de água, devido às mudanças climáticas. Importa referir que muitos países africanos, cuja agricultura depende do estado do clima, verão a sua produtividade agrícola reduzida em 50%.

Perante esta realidade, foi com enorme otimismo que a UNESCO anunciou a descoberta no Quênia de uma das maiores reservas subterrâneas de água do mundo. Segundo dados preliminares, as reservas agora descobertas poderão abastecer o Quênia durante os próximos 70 anos.

Os dois reservatórios descobertos na zona semidesértica de Turkana, no norte do Quênia, têm capacidade para 200.000 milhões de metros cúbicos, o maior e, o mais pequeno, tem uma capacidade de 100.000 milhões de metros cúbicos. Esta descoberta é fundamental para o futuro do país uma vez que metades dos 17 milhões de quenianos enfrentam diariamente problemas na obtenção de água potável.

Esta descoberta permitirá ao país potencializar a sua agricultura e assim aumentar a produção agrícola e diminuir a dependência face ao exterior. O governo queniano acredita que esta descoberta é um passo fundamental para eliminar a má nutrição no país, que atinge cerca de 37% da população.



Cooperação ONU – UA

Durante a época áurea das descolonizações em África, foi criada em 1963 a Organização de Unidade Africana (OUA) que, para além de apoiar os movimentos de libertação em África, pretendia ser uma instituição destinada a resolver os problemas africanos. Porém, o ambiente de Guerra-Fria, que transportou para África as tensões entre as duas superpotências, a OUA foi mostrando a sua fragilidade e incapacidade de resolver os problemas africanos

Com o fim do conflito bipolar, a OUA transformou-se, a 9 de junho de 2002, na União Africana (UA). A nova organização apareceu mais bem preparada para enfrentar os problemas africanos, com os seus membros a dotarem-na de instrumentos mais operacionais.

Apesar da sua fragilidade financeira, a UA tem-se mostrado mais interventiva nas questões africanas. Vários princípios adotados, como por exemplo a suspensão de países cujos governos tenham saído de golpes de estado, tem ajudado a credibilizar a nova organização

Neste contexto, quer a comunidade internacional quer a Organização das Nações Unidas (ONU) têm vindo a encarar a UA como um parceiro válido. Para aprofundar meios de cooperação, a ONU e a UA decidiram promover um encontro, inserido nos eventos inscritos no programa da 68ª sessão da Assembleia Geral da ONU que teve lugar em setembro passado

O evento, presidido pelo Presidente da Costa do Marfim, foi organizado pela Missão de Observação da União Africana junto das Nações Unidas, teve com a finalidade de também analisar a situação política geral do continente, em particular os conflitos atuais no Sudão, Sudão do Sul, Egito e Madagáscar. Este encontro contou com a participação dos Chefes de Estado e de Governo dos países membros do Conselho de Paz e Segurança da União Africana

Uma das áreas onde essa cooperação já é bem visível, é em questões como a instabilidade no Mali, no conflito da Somália e na crise alimentar na região do Sahe. O objetivo é o de aprofundar o relacionamento com a UA, e através desta com organizações regionais africanas como a Comunidade Económica de Desenvolvimento da África Ocidental (CEDEAO) ou a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)

Esta cooperação é especialmente importante na criação de Missão de Paz em África. Foi a partir da década de 1990 que as missões de



manutenção da paz da ONU começaram progressivamente a estabelecer parcerias com organizações regionais africanas.

Foi na Libéria, em 1993, que a ONU realizou a sua primeira operação conjunta com uma força regional de manutenção da paz. Esta força foi destacada pela CEDEAO.

Mais recentemente, as missões de manutenção da paz da ONU têm recebido apoio de outros parceiros que, em momentos críticos, a têm ajudado a suprir a falta de efetivos e a reforçar a capacidade de resposta rápida.

Em Julho de 2003, na República Democrática do Congo, a "Opération Artémis", uma força da UE dirigida pelos franceses, ajudou a estabilizar a situação em Bunia, na província de Ituri, onde a população civil estava a ser alvo de ataques por parte de grupos armados. Esta operação, autorizada pelo Conselho de Segurança, conseguiu travar a violência e retirar as armas das ruas, salvando milhares de civis. Além disso, preparou o caminho para a Brigada de Ituri, criada no âmbito da MONUC, a operação de manutenção da paz das Nações Unidas no Congo, que foi formada antes de a força da UE se retirar

Em Outubro de 2003, na Libéria, e mais tarde na Costa do Marfim, as forças da CEDEAO prepararam o terreno para a chegada das tropas das Nações Unidas. Foram estabelecidos acordos semelhantes com a missão de manutenção de paz da União Africana no Burundi. Além disso, estão a ser criadas brigadas regionais em África, como parte da Força de Reserva Africana. No Darfur, as Nações Unidas e a Missão da União Africana (UA) no Sudão (AMIS) trabalharam em conjunto.

A ONU cooperou igualmente com a UA em outras partes de África, em missões como a MINURSO, no Sara Ocidental, a ONUB, no Burundi, a UNOCI, na Costa do Marfim e a UNMEE na Etiópia e Eritreia. O apoio das Nações Unidas à manutenção da paz da UA assumiu uma importância ainda maior depois de a Cimeira Mundial de 2005 ter aprovado um programa decenal de reforço da capacidade de África no domínio da manutenção da paz

Atualmente, a maior missão da UA no terreno é a *Africa Union Mission in Somalia* (AMISOM) cuja missão é a de estabilizar a situação, criando as condições para um entendimento entre o governo de Mogadíscio e os diversos grupos rebeldes que atuam no país.

Criada em 2007, a AMISOM tem visto o seu mandato ser sucessivamente renovado. A importância da AMISOM é reconhecida não só em África, como também no exterior. Prova desta importância é o facto da União Europeia ter atribuído, em setembro passado, um apoio de 124 milhões de euros à AMISOM.

Ataque do Al-Shabab no Quênia

A capital do Quênia, Nairobi, foi palco de um brutal ataque da milícia Al-Shabab no fim de semana de 21 e 22 de setembro. Um grupo de 15 membros desta milícia atacaram o centro comercial Westgate na capital queniana matando 68 pessoas e ferindo 175. As forças de segurança abateram cinco membros do grupo do Al-Shabab prendendo onze. Centenas de frequentadores do centro comercial conseguiram fugir do local, mas alguns ficaram presos do lado de dentro. No dia do ataque, o centro comercial realizava um evento especial para crianças

A acção, que durou mais de 70 horas, levou à intervenção do exército queniano apoiado por forças especiais israelitas que se deslocaram para o Quênia para auxiliar as autoridades locais.

O centro comercial atacado era visitado pela elite do país, assim como por muitos estrangeiros, tendo havido mortos de várias nacionalidades, nomeadamente da França, Reino Unido, China, Gana, Holanda, África do Sul, Índia, Canadá e Austrália. O próprio Presidente Uhuru Kenyatta perdeu um sobrinho e a sua noiva no ataque

O grupo militante somali Al-Shabab justificou o ataque como uma resposta às operações militares do Quênia na Somália. Desde 2011, o Quênia tem um contingente de 4 mil soldados na Somália em apoio ao governo de Mogadíscio no combate às milícias Al-Shabab. Desde que o Quênia se envolveu no conflito somali, o Al-Shabab, que tem ligações com a rede Al Qaeda, vem promovendo ataques contra o Quênia

O Al-Shabab, que significa “a juventude” em árabe, chegou a controlar boa parte da Somália, mas foi expulso das principais cidades que dominava no sul e no centro do país pelo exército somali que contou com o apoio de vários aliados externos, entre eles, o Quênia, o Uganda eo Burundi.

O grupo surgiu na Somália em 2006 como uma ala radical da hoje extinta União dos Tribunais Islâmicos (UCI). Face ao descalabro em que vivia a Somália, sem governo efetivo desde 1991, e assolada por conflitos entre grupos rivais, a UCI, com a sua mensagem de segurança e de rigor foi bem recebido pela população. Porém, a sua interpretação rígida da lei islâmica fez com que fosse perdendo apoiantes .

Mais tarde, forças militares lideradas pela União Africana expulsaram Al-Shabab das principais cidades do país. O Al-Shabab foi expulso da capital do país, Mogadíscio, em agosto de 2011, e perdeu o controlo do vital porto de Kismayo em setembro do ano passado. As forças quenianas, agora sob o comando da UA, estiveram à frente dos esforços para expulsar o grupo no sul do país, até Kismayo. Apesar de ter perdido o controlo das cidades, o grupo ainda tem influência sobre muitas áreas rurais da Somália

O Al-Shabab é atualmente liderado por Ahmed Abdi Godane, conhecido como Mukhtar Abu Zubair, é originário da região separatista da Somalilândia, no norte do país. O seu antecessor, Moalim Aden Hashi Ayro, foi morto, em 2008, durante um ataque aéreo norte-americano

O Al-Shabab aliou-se à Al Qaeda em fevereiro de 2012. Num comunicado conjunto, o líder do Al-Shabab, Ahmed Abdi Godane, prometeu obediência ao líder da Al Qaeda, Ayman al-Zawahiri. Atualmente, estima-se que o Al-Shabab tenha entre 7 mil a 9 mil guerrilheiros

O Al-Shabab tem vindo a levar a cabo vários atentados em diversos países da região. Em 2010, o grupo foi responsável por um ataque suicida na capital de Uganda, Kampala, que matou 76 pessoas que assistiam pela televisão à final do campeonato do mundo de futebol. O ataque foi justificado porque Uganda forneceu grande parte das tropas da UA na Somália antes de o Quênia entrar no conflito.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA
Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA
Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@portugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica
Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação
Porta de Comunicação

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05